

## A ESCOLA NORMAL DE FEIRA DE SANTANA – BA E A FEMINIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO

**Letícia Cavalcante Lima Silva**

Mestranda em Crítica Cultural – Universidade do Estado da Bahia - UNEB  
le180114@gmail.com

### RESUMO

O presente trabalho faz uma breve explanação sobre a Escola Normal de Feira de Santana – BA, no intuito de observar como esta ao oferecer formação docente para homens e mulheres contribuiu no processo de feminização do magistério. Criada no início do século XX, em 1925 com o objetivo de formar professores para atuar no sertão baiano, a instituição apesar de atender ambos os sexos, com o passar do tempo passou a ser uma escola de frequência majoritariamente feminina. Considerando-se que os papéis de esposa e mãe eram prioridade na vida das mulheres do início do século, a formação docente desenvolvida na escola contribuiu através do currículo para a consolidação desses papéis, favorecendo ainda a promoção da escolarização feminina e, inserção da mulher na docência, culminando na feminização do magistério. Trata-se de um trabalho qualitativo, parte da pesquisa em andamento no Mestrado, que investiga a feminização do magistério, ocorrido no início do século XX, através de um inventário documental utilizando pesquisas de pós-graduação, livros e artigos sobre a temática. Tem como suporte bibliográfico: Almeida (1998; 2011); Anjos (2018); Lima (2006); Sousa e Cruz (orgs.) (2012) e Sousa (2011), entre outros.

**Palavras-chave:** Escola Normal. Feminização do Magistério. Mulheres.

## Introdução

A criação da Escola Normal de Feira de Santana atendia a política de expansão da educação em todo o território empreendida pelo escolanovista e então diretor de instrução pública da Bahia Anísio Teixeira. Foi assim que através da Lei 1.846 de 1925 criavam-se duas escolas normais para formar professores no interior baiano, a de Caetité e a de Feira de Santana. A cidade de Feira de Santana foi uma das cidades escolhidas por se encontrar em desenvolvimento econômico crescente, além de influência cultural e ser a maior cidade do interior baiano naquele momento, oferecia diversos serviços entre eles educacionais, e fornecia inúmeros produtos para as regiões vizinhas.

A escola serviria para formar professores atendendo a demanda do sertão que a essa época tinha muitos professores leigos atuando, e não dispunha de escolas suficientes para educar a todas as crianças. A intenção era profissionalizar os professores e oferecer educação ao sertão, escolarizando as crianças, contribuindo para o progresso e desenvolvimento do país. Sobre esse fato Cruz (2004) afirma:

No momento vivia-se a crença que, com aumento do número de escolas e a disseminação da educação escolar, se chegaria ao progresso nacional. Atitude que possibilitaria colocar o Brasil no rol das grandes potências mundiais. Nesse mesmo viés, acreditava-se, também, que seria possível, através de formulações doutrinárias sobre o processo de escolarização, dar uma formação eficaz aos cidadãos brasileiros. (CRUZ, 2004, p. 146)

Além disso, poderia atender diversas cidades, possibilitando a profissionalização docente das filhas de muitos fazendeiros e comerciantes da região, evitando o deslocamento até a capital (fato que ocorria com frequência antes da criação dessa escola por falta de alternativas).

Nesse contexto favorável, a inauguração da escola se constituiu um evento aclamado e prestigiado por toda a sociedade feirense de modo que diversas autoridades, e comunidade no geral se fez presente no dia 1º de junho de 1927 para a inauguração daquela que seria uma referência na formação docente feminina baiana.

A escola foi criada para atender homens e mulheres, mas desde a matrícula inicial já se prenunciava a predominante frequência feminina, contando com 26 mulheres e 19 homens. O ideal de vida daquele período pregava a vocação feminina para o casamento e maternidade, ambas enfatizadas nas famílias e também nas escolas de formação docente através de disciplinas e de regras de convivência. A vocação feminina para o cuidado da casa e da família

eram atributos vistos como positivos para a atuação como professora primária, a professora estenderia os cuidados com a sua prole às crianças com as quais tivesse contato, garantindo uma formação adequada aos valores de nação da época. Ademais, acreditava-se que a mulher submissa a figura do homem, seja no papel de pai, marido ou filho, estaria abnegada a propagar os ideais patrióticos, desenvolvendo nos alunos o respeito e o amor à nação, contribuindo para o desenvolvimento da nação.

Desse modo, assim como ocorreu em diversas regiões do país como em São Paulo (Almeida 1998; 2011), na Bahia, a partir da Escola Normal da Bahia em Salvador (Anjos, 2018), (Lima, 2006), na Escola Normal de Feira de Santana a profissionalização da profissão docente feminina foi se firmando sob o discurso de ser a mulher adequada à profissão, podendo conciliar seus papéis de esposa e mãe sem prejudicar nenhum deles.

O presente artigo tem como objetivo explicar de forma sucinta como a Escola Normal de Feira de Santana atuou como uma instituição de formação de professoras contribuindo para a concretização do fenômeno da feminização do magistério na Bahia. Está dividido em duas sessões, a primeira trata sobre Objetivos e métodos de ensino-aprendizagem evidenciando a motivação da criação da escola e os métodos utilizados pelos professores no processo de ensino-aprendizagem. E na segunda sessão discorre sobre O currículo e a formação de mulheres-professoras mostrando de que modo o currículo contribuiu para fazer da Escola Normal de Feira de Santana, uma escola de formação docente feminina. Trata-se de um estudo de base qualitativa, pesquisa encaminhada no mestrado em Crítica Cultural na Universidade do Estado da Bahia (UNEB), que através de um inventário bibliográfico feito a partir das pesquisas e estudos de Almeida (1998; 2011), Anjos (2018), Lima (2006), Cruz (2004), Sousa e Cruz (orgs.) (2012), Sousa (2011) e Villela (2000) traçam o percurso percorrido pela mulher na feminização do magistério a partir da escola normal.

### **Objetivos e métodos no processo de ensino-aprendizagem**

Como já fora mencionado anteriormente a Bahia contava com um número elevado de professoras leigas, principalmente na zona rural dos municípios. E para colaborar com as novas propostas educacionais da reforma da educação de 1925 ocorrida na Bahia pelo diretor de instrução Anísio Teixeira, tornava-se necessário “formar mestras e mestres principalmente para atuarem no meio rural, pois o Brasil era um país agrícola, e Feira de Santana tinha sua população, na grande maioria, na zona rural” (SOUSA e CRUZ, 2012, p. 56). Assim formar professoras ou mestras para o Sertão como nomeia o pesquisador Antonio Roberto Seixas da

Cruz, era o objetivo principal da Escola Normal de Feira de Santana, pois apesar de ter sido criada para atender ambos os sexos, com o tempo tornou-se uma instituição feminina, e pro Sertão, por Feira de Santana ser considerada o portão do Sertão.

A pesquisadora Ione Celeste Sousa (2001) ao se referir sobre a finalidade da criação de duas escolas normais pela Lei 1.846, sendo implantada uma em Caetité e a outra em Feira de Santana explica que segundo o discurso oficial o objetivo era prover professores para o interior modernizando o país através da educação. Especificamente se referindo à escola de Feira de Santana afirma:

O objetivo expresso dessa escola era assegurar a formação de professoras (es) para as regiões do interior – os sertões – que, segundo as estatísticas educacionais, padeciam cronicamente a falta de docentes habilitadas (os), especialmente nos novos tempos que se inauguravam, quando o desejo era implantar novos métodos, novas práticas, novos processos e novas representações de ensino. (SOUSA, 2001, p. 53)

No que se refere aos métodos de ensino-aprendizagem adotados na escola, estes se assemelhavam aos métodos tradicionais, mesmo o Brasil está nesse momento discutindo os pressupostos da Escola Nova, trazidos para o Brasil com os escolanovistas, entre eles Anísio Teixeira, nos quais a educação deveria se pautar no aluno e seu contexto de vida. Na prática cotidiana da Escola Normal de Feira de Santana os métodos se assemelhavam ao tradicional, onde o professor é o centro que regula e administra o uso dos materiais didáticos, e todo o conhecimento deve provir dele. Os alunos enfileirados, deveriam apenas prestar a devida atenção e reproduzir o que fosse ensinado na sala de aula pelo professor que exercia a autoridade na sala de aula. Percebem-se aí os resquícios dos pressupostos do método lancasteriano (Villela, 2000) na organização da turma em sala, na observância de tudo o que poderia ser dito, no cumprimento das regras, bem como na vigilância até mesmo fora da escola denotam o qual tradicional se mantinha o sistema. O fragmento do depoimento da professora Nenê a pesquisadora Ione Celeste Sousa (2012) em sua pesquisa de mestrado, confirma o fazer tradicional:

Ficavam na frente só os homens. Depois vinham as mulheres. Ficavam na frente. A fila da frente era dos homens. Depois vinham as mulheres. Não podiam sentar juntos do outro, nem conversar no recreio! (SOUSA e CRUZ, 2012, p. 132)

O cuidado com a reputação das mulheres vinculava-se a necessidade de zelar pelo nome das futuras professoras, cuja função era “formar os novos e necessários cidadãos da Pátria Brasileira” (ibidem, p. 133), com isso exigia-se exemplo moral de modo a não provocar exposições, evitando qualquer tipo de difamação. Além de prejudicar enquanto professora, escândalos dificultavam futuros casamentos, considerando que este era o principal objetivo de uma moça daquele período histórico. De modo que “ser professor primário era uma ocupação adequada à mulher, de quem se esperava também que exercesse os papéis de mãe e esposa” (SOUSA e CRUZ, 2012, p. 56).

O controle não se restringia ao lugar de sentar, mas se estendia aos diálogos entre pessoas de sexos opostos, sendo proibidas as conversas sem permissão sob pena de sanções, ao uso do uniforme completo, entre outras normas disciplinares. Essa estratégia de gestão adotada, segundo Sousa (2001):

Foram tentativas de constituição de territórios definidos como permitidos e proibidos, assim como de formas de modos de corpo, a partir da codificação e explicitação de normas, regras e distinções, como o uniforme feminino *bleu-blanc-noir* – saia azul pregueada, blusa de manga longa branca, gravatinha e sapatos pretos -, obrigatório em todos os detalhes. Essas normas foram vivenciadas nos preparos diários com as fardas – cores, gestos, hábitos de higiene, modos de passar, dobrar, guardar as roupas, cujo uso deveria ser incorporado, com orgulho pelas alunas, por pertencerem à escola. (SOUSA e CRUZ, 2012, p. 129-130)

Como observado o ser feminino estava de modo articulado sob controle, seja nas ações cotidianas como as conversas, seja na apresentação, como no uso obrigatório do uniforme, sendo estendidos até as suas casas nos cuidados com o mesmo.

Sousa (2001) ao tratar sobre as metodologias de ensino adotadas na Escola Normal de Feira de Santana observa que a influência do escolanovismo, na prática não provocou mudanças significativas. Apesar de possuir materiais diversos como o Método Montessori, globos, mapas que deveriam ser usados na formação do professor no intuito de implantar uma educação dinâmica para as crianças sertanejas, os depoimentos com os quais a pesquisadora teve acesso “trouxeram dúvidas sobre a propalada introdução dos métodos ativos do escolanovismo, pois, neles ficou presente a improvisação na metodologia do ensino – inclusive na atribuição das disciplinas aos professores – e o tradicionalismo no processo de formação das normalistas” (SOUSA, 2001, p. 58).

Simultaneamente aos métodos de ensino tradicional, alguns professores utilizaram práticas inovadoras para a época como excursões e aulas de campo, algumas delas com práticas agrícolas (CRUZ, 2004). No que se refere às práticas agrícolas Sousa (2011) verificou nas suas pesquisas que estas traziam pouco conhecimento do campo, configurando-se em aulas pouco proveitosas no aspecto formativo, vez que não capacitavam as normalistas quanto às técnicas agrícolas, pois se resumiam a produção de leiras e a plantação do que cada aluna julgasse mais apropriada.

Outras práticas evidenciadas por Cruz (2004) se refere à produção de mapas, o trabalho com a escrita no desenvolvimento de textos variados como narrativas, dissertações e descrições, bem como a preocupação com a ortografia e uso do dicionário. A realização do estágio docente realizava-se nas escolas anexas, das quais a escola dispunha.

### **O currículo e a formação de mulheres-professoras**

As escolas normais do interior possuíam currículos diferentes do adotado na Escola Normal da Bahia situada na capital, as escolas do interior possuíam apenas treze disciplinas enquanto que a de Salvador quinze (com as disciplinas de Noções de Direito Administrativo e Psicologia). Segundo Sousa (2001) o currículo das escolas normais do interior, orientadas pela Lei 1.846, possuíam as seguintes disciplinas: Educação e Instrução Cívicas e Noções de Direito Público e Privado; Língua Portuguesa e Literatura Nacional; Língua Francesa; Pedagogia e Didática; Geografia Geral, Cosmografia e Cronografia do Brasil; Noções de História Universal, História do Brasil; História Natural, Física e Noções de Higiene; Agricultura; Desenho e Caligrafia; Música e Canto; Prendas e Economia Doméstica; Trabalhos Manuais; Educação Física.

As disciplinas pedagógicas estavam concentradas a partir do terceiro ano, evidenciando uma formação geral predominante, é o que fica evidente na disposição das disciplinas ao longo dos quatro anos do curso, que segundo a lei referida estava assim organizada:

Segundo o documento, as normalistas no 1º ano cursariam português, francês, geografia geral e cosmografia, aritmética e álgebra, história do Brasil, desenho e caligrafia, prendas, trabalhos manuais e educação física. No segundo ano português, francês, geografia do Brasil, geometria, ciências naturais, noções de história universal, agricultura, desenho, prendas, trabalhos manuais, educação física.

Durante o terceiro, língua portuguesa e noções de literatura, didática, ciências físicas, pedagogia, higiene e puericultura, agricultura, música, economia doméstica, desenho, educação física, trabalhos manuais. Por fim, no quarto ano, didática prática, higiene escolar, canto coral, agricultura e educação física [...]. (SOUSA, 2001, p. 77-78)

No que diz respeito à prática efetiva de algumas disciplinas presentes no currículo organizado pela Lei 1.846, Sousa (2001) constatou:

O que as evidências informam foi que os gabinetes de antropologia pedagógica não funcionavam; as aulas de Educação Física foram dadas por professores sem a exigida especialização; os relatórios estatísticos e de avaliação psicológica atrasavam, ainda que sucessivamente cobrados. (SOUSA, 2001, p. 62)

A existência de algumas disciplinas como Prendas e Trabalhos Manuais, bem como Economia Doméstica, entre outras, denotam o quanto o Curso Normal estava voltado para a formação de mulheres-professoras, favorecendo uma formação que conciliava o profissional com a vida pessoal enquanto esposa e mãe, de modo a subsidiar nos seus papéis fora da escola. O currículo voltado para a formação feminina contribuiu para que a escola:

Mesmo não tendo sido criada exclusivamente para formar mulheres para o exercício do magistério, tornou-se, na sua prática, uma escola com esse fim, uma vez que procurada basicamente por mulheres, porque essa era, naquele momento, uma atividade considerada feminina. (SOUSA e CRUZ, 2012, p. 63)

Além disso, para as mulheres que decidissem por não seguir a profissão poderiam utilizar desses conhecimentos para desempenhar melhor os papéis de esposa e mãe. Em outras situações, nas quais não fosse possível o casamento e o auxílio do marido, poderiam exercer outras profissões e garantir o provimento.

As disciplinas de Higiene Geral e Escolar tinham a função de promover o conhecimento de práticas que contribuíssem para a formação e cuidados principalmente da mulher que aliaria os cuidados maternos com os profissionais. Sousa (2001) ao entrevistar o ex-professor da disciplina e médico Dr. Péricles, concluiu que a prática da disciplina estava voltada para os cuidados com a higiene desde o nascimento até a criança crescer, envolvendo também a higiene com os objetos de uso pessoal como a mamadeira.

O professor Péricles também lecionou a disciplina Puericultura, cujos conteúdos giravam em torno da gravidez, parto, amamentação e técnicas de alimentação, como a mucilagem para as mães que não amamentavam. E mais uma vez, o currículo estava a serviço da formação de mulheres-professoras, reforçando o discurso da época de que a mulher era adequada à docência da escola primária.

A formação na escola normal representava naquele período histórico um avanço para a emancipação das mulheres, pois permitia acesso à escolarização, a formação profissional, numa profissão socialmente aceita e ainda, o preparo para a vivência enquanto esposa e mãe. O currículo e a organização da escola favoreciam às mulheres uma formação e, consequente visibilidade permitindo-lhes alcançar o espaço público da sociedade.

## **Conclusão**

A Escola Normal de Feira de Santana foi criada para atender a demanda por professoras para atuarem no Sertão baiano. Apesar de prever no seu regulamento a formação de homens e mulheres para a profissão docente, com o tempo a escola se tornou uma escola feminina de formação de professoras. E tanto os métodos de ensino-aprendizagem como o currículo adotado na escola contribuíram sobremaneira para a feminização da escola e, por consequência para o processo de feminização do magistério na Bahia.

Os métodos de ensino-aprendizagem de cunho tradicional que controlava a acomodação dos educandos, e proibia o diálogo entre as pessoas do sexo oposto, bem como as regras de uso do uniforme, por exemplo, objetivava em primeiro lugar evitar situações de escândalo e a difamação das moças, o que poderia prejudicá-las tanto na profissão docente quanto na busca por um bom casamento. Em segundo lugar contribuía para moldar o comportamento das mulheres pautado no cumprimento dos deveres e obediência. A autoridade exercida pelo professor, o qual representava o saber, deveria ser respeitada de modo a garantir a ordem do espaço. Todo esse cuidado em observar o cumprimento das normas e o respeito ao professor ou professora de algum modo visava forjar aquelas que seriam as futuras professoras e deveriam propagar os ideais de patriotismo nas crianças.

Do mesmo modo o currículo foi coadjuvante no processo de feminização ao adotar disciplinas como Prendas, Trabalhos Manuais, Economia Doméstica, disciplinas cujo conteúdo estava voltado ao público feminino, visavam à preparação da mulher para os papéis de esposa e mãe, atraindo muitas delas para a escola. Matricular-se no curso normal, garantia além de uma formação profissional respeitada e necessária naquele momento, também possibilitava adquirir conhecimentos para viver o matrimônio e a maternidade de uma maneira melhor.

Assim a Escola Normal de Feira de Santana foi pioneira na formação de professoras, atendendo ao objetivo previsto inicialmente, de prover professoras para o Sertão, mas também exerceu importante papel quando possibilitou a entrada de mulheres na vida profissional docente, favorecendo inclusive que se tornassem maioria, resultando no fenômeno da feminização do magistério.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Jane Soares de. **Mulher e educação: a paixão pelo possível**. São Paulo: Editora UNESP, 1998.
- ALMEIDA, Jane Soares de. Professoras virtuosas, mães educadas: retratos de mulheres em tempos da República Brasileira (séculos XIX/XX). In: **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.42, Jun., 2011.
- ANJOS, Tiane Melo dos. **A Escola Normal e a feminização do magistério primário na Bahia entre 1842 a 1889**. 173 f. Dissertação de mestrado Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2018.
- CRUZ, A. R. S. da. Mestras e mestres para o Sertão: criação e funcionamento da Escola Normal de Feira de Santana. In: **Revista Sitientibus**, Feira de Santana, n. 31, p. 143-168, jul/dez, 2004.
- CRUZ, A. R. S. da; RIBEIRO, M. L. Flores do Sertão: perfilando professoras formadas pela Escola Normal de Feira de Santana de 1930 a 1949. In: **Revista Histedbr On-line**. Campinas, n. 36, p. 182-199, dez. 2009.
- LIMA, Marta Maria Leone. **Ingresso das mulheres no magistério da Bahia: o resgate de uma história**. 181 f. Tese (Doutorado) Universidade Federal da Bahia, Salvador - Ba, 2006.
- SOUSA, Ione Celeste Jesus de; CRUZ, Antonio Roberto Seixas de (Orgs.). **Escolas Normais da Bahia: olhares e abordagens**. Feira de Santana: UEFS Editora, 2012.
- SOUSA, Ione Celeste Jesus de. **Garotas tricolores, deusas fardadas: as normalistas em Feira de Santana, 1925 a 1945**. São Paulo: EDUC, 2001.
- VILLELA, Heloísa. O mestre e a professora. In: TEIXEIRA, Eliane; FARIA FILHO, Luciano. (Orgs.). **500 anos de educação brasileira**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 95-134.